

ESTADO DE EXCEÇÃO: MARX E LACAN EM AYOTZINAPA¹

David Pavón-Cuellar

Doutor em Filosofia pela Universidade de Rouen. Doutor em Psicologia pela Universidade de Santiago de Compostela. Editor de *Teoría y Crítica de la Psicología* e editor associado de *Psychology and Politics International*. Docente da Faculdade de Psicologia da Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo (México). E-mail: pavoncuellardavid@yahoo.fr

Resumo: Após serem definidas como ciências do particular e das exceções, a psicanálise e o marxismo vinculam-se por meio de uma denúncia da chacina de estudantes de Ayotzinapa, em Iguala, México. O narcogoverno mexicano é apresentado como expressão específica neoliberal da total subordinação do Estado moderno ao sistema capitalista, enquanto os estudantes assassinados aparecem como algo que resta, que resiste à sua exploração pelo capitalismo, que não se deixa simbolizar e que, aqui, concebe-se a partir da noção lacaniana de *objeto a*. Essa concepção permite analisar as complexas relações de angústia e desejo que se mantêm com aquilo representado pelos estudantes, o que, remetendo aparentemente a certo gozo da pulsão, estaria desafiando o uso de força de trabalho para a produção da mais-valia. Ver-se-á como as vítimas do massacre são portadoras de um discurso alternativo, no qual é o capitalismo que se entregou a um gozo mortal e destrutivo.

Palavras-chave: marxismo; psicanálise; capitalismo; narcotráfico; morte.

Abstract: After being defined as sciences of particular cases and exceptions, psychoanalysis and Marxism are linked through a denunciation of the slaughter of students from Ayotzinapa, in Iguala, Mexico. The Mexican narco-government is portrayed as a neoliberal specific expression of a complete subordination of the modern State to the capitalist system, while the murdered students emerge as something that remains, resisting exploitation by capitalism, which does not enable itself to be symbolized and, herein, we conceive it by means of the Lacanian notion of *object a*. This concept allows us to analyze the complex relations of anguish and desire to what is represented by students, something that, seemingly referring to a certain drive enjoyment, might

1 Este artigo foi elaborado a partir de uma conferência no Fórum do Campo Lacaniano (FCL) de São Paulo, em 20 de outubro de 2014.

challenge the use of workforce to produce surplus value. We see how the victims of the slaughter are conveyors of an alternative discourse, where capitalism subjects itself to a deadly and destructive enjoyment.

Keywords: Marxism; psychoanalysis; capitalism; drug trafficking; death.

Introdução: generalidade e excepcionalidade

Estamos na história e cada momento é único e singular. Cada um requer posicionamentos e propostas diferentes. Mesmo quando começamos a adotar *a priori* perspectivas aparentemente invariáveis, como a marxista ou a lacaniana, estas terão de ser modificadas ao se reposicionar e repropor dentro de cada situação histórica. Não há como imobilizá-las de maneira definitiva sem trair aquilo que pensamos por meio delas. Se, além disso, almejamos vinculá-las, como é o caso neste artigo, tampouco poderemos fazê-lo consistentemente de uma vez por todas. Por seu próprio afã intrínseco de consistência, cada momento histórico exige vincular o marxismo e a psicanálise lacaniana de modo excepcional.

Não se trata de captar alguma exceção que permita confirmar certa regra geral de vinculação entre o marxismo e a psicanálise lacaniana. É preciso resignar-se a que tal vinculação, assim como as teorias vinculadas e seus objetos de estudo, carece de qualquer generalidade ou regularidade que não resida na exceção. Devemos reconhecer, em outras palavras, que a excepcionalidade é o único denominador comum das distintas posições, ações, relações e ideações constitutivas de nosso mundo histórico, entre as quais devemos incluir, é claro, aquelas torções reflexivas pelas quais o mundo tenta questionar a si mesmo, como é o caso do marxismo e da psicanálise.

Os aportes de Marx e de Lacan já estão situados na história e, portanto, sujeitos a incessantes modificações históricas retroativas. Essas realizações da elaboração ou “função secundária da historização”, como a denomina Lacan (1953/1999, p. 259), operam no campo dos pensamentos e não só “dos acontecimentos”. Do mesmo modo, aquilo que se pensa não deixa de se transformar ao se historizar.

A história, que compreende tudo, não deixa de modificá-lo todo, já que é um cenário instável, constantemente agitado e mutável, sempre imprevisível, que nunca é o mesmo e no qual só há exceções. Ao nos encontrarmos em semelhante contexto histórico, “estamos sempre na exceção”, a qual, portanto, “é a regra”, como já havia sustentado Althusser (1965/2005, p. 103). Entendemos, então, que uma ciência da história, como a cultivada por Marx, assim como a psicanálise inaugurada por Freud,

seja uma “ciência do particular” para Lacan (1953/1999, p. 259). Essa *ciência das exceções*, assim como a patafísica, será uma ciência paradoxal, certamente inadmissível, que “estudará as leis que regem as exceções” (JARRY, 1911, p. 15). Essas leis, sempre excepcionais, poderão ser estudadas unicamente por meio de uma ciência que seja, ela mesma, sempre excepcional. Assim, as exceções deverão imperar na ciência, e não só em seu objeto.

Chacina de estudantes

A ciência deve submeter-se a seu objeto. O objeto de uma ciência das exceções, um objeto que consiste na própria exceção, exige certa excepcionalidade no pensamento. Essa exigência é algo que sinto de modo especialmente agudo agora mesmo, quando só consigo pensar no marxismo e na psicanálise ao denunciar algo que ocorreu em meu país, México. Trata-se de um acontecimento do qual simplesmente não consigo desviar minha atenção. Refiro-me a uma chacina ocorrida na cidade de Iguala, onde policiais assassinaram e desapareceram com vários estudantes da Escola Normal Rural de Ayotzinapa, instituição pública de Ensino Superior em que se formam futuros professores, quase todos filhos de camponeses pobres.

Os estudantes de Ayotzinapa estavam em Iguala para *fazer pedágio*, ou seja, pedir aos transeuntes uma cooperação voluntária. Com o dinheiro coletado, viajariam à Cidade do México e participariam da grande marcha estudantil, realizada todos os anos, para comemorar o massacre de estudantes ocorrido em Tlatelolco, em 2 de outubro de 1968, quando os militares assassinaram centenas de estudantes em uma praça pública. Quarenta e seis anos depois, em Iguala, foram policiais que atacaram os estudantes, atirando contra eles e matando dezesseis, além de prender e desaparecer com outros. Há quarenta e três desaparecidos. Já foi encontrado o cadáver de um estudante torturado. Ele teve a pele do rosto e os dois olhos arrancados. Também foram encontradas algumas valas comuns com mais cadáveres. As investigações revelaram que muitos deles foram queimados vivos.

A versão oficial é que os policiais e outros funcionários municipais de Iguala, entre eles o próprio prefeito e sua esposa, trabalhavam para um chefe local do narcotráfico, o qual teria mandado matar os estudantes. Entretanto, ninguém entende por que os narcotraficantes de Iguala desejariam ou necessitariam matar os estudantes de Ayotzinapa. Isso fez com que se fosse difundida a versão, mais verossímil e

convincente, de que a chacina dos estudantes foi uma decisão dos governos estadual e federal. Afinal, diferente dos narcotraficantes, os governantes do México, sim, tinham motivos para matar alguns estudantes conhecidos por sua militância rebelde antigovernamental.

Talvez sequer tenha importância confirmar se os assassinos de estudantes obedeciam ordens do governo federal ou de algum cartel do narcotráfico. O narcotráfico e o governo mexicanos se uniram tão intimamente que já podemos falar de um verdadeiro narcogoverno no país. A subordinação do Estado mexicano ao narcotráfico é apenas mais um aspecto parcial de sua total submissão a outros setores da economia capitalista. São os senhores de um dinheiro sempre sujo que mandam no México. O presidente Enrique Peña Nieto e seus medíocres funcionários neoliberais não costumam ser mais do que marionetes nas mãos dos grandes oligarcas nacionais e estrangeiros das finanças, do comércio, da manufatura, da mineração, da agricultura e do narcotráfico. São os ricos que mandam. O poder está em sua riqueza, em seu dinheiro, em seu capital – *no capital*.

Aletheia em Iguala

Sabe-se, com Marx (1867/2008, p. 107), que o capital vê-se “personificado” e toma “consciência e vontade” nos capitalistas. Estes, por sua vez, fazem valer essa consciência e essa vontade por meio de governos como o mexicano. O México é, atualmente, um dos países nos quais melhor se pode apreciar a vigência da concepção clássica marxista do “governo do Estado moderno” como “junta que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX e ENGELS, 1848/1990, p. 29). Não é preciso ser marxista-leninista para perceber que a classe burguesa-capitalista é detentora do “poder estatal” mexicano e, especificamente, dos “instrumentos fundamentais de sua força”, isto é, “a polícia e o exército permanente” (LENIN, 1918/1974, p. 277-278). Em qualquer corporação militar ou policial do México encontramos, como diria Lenin (*ibid.*, p. 278), “tropas especiais de homens armados a serviço da classe dominante”.

São os narcotraficantes e os demais capitalistas, o capitalismo e o próprio capital, que utilizam o instrumento policial mexicano para sua defesa e em seu proveito. Os policiais devem, por conseguinte, proceder como o capital decida que procedam. Apesar de cometer erros com frequência, seus próprios erros, como o de Ayotzinapa,

tendem a constituir uma espécie de *lapsos* ou *sintomas* que revela sua total subordinação ao capitalismo. Essa é a verdade que se descobre a si mesma, como *aletheia*, nos assassinatos de estudantes, seja que os policiais obedeam ao narcotráfico ou a funcionários que obedecem ao narcotráfico e a outros setores da economia capitalista.

Não importa quantas e quais mediações houvesse entre capital e os policiais assassinos de Iguala. Dá no mesmo que obedecessem diretamente a um chefe do narcotráfico local ou indiretamente ao presidente mexicano, que, por sua vez, obedece ao capitalismo global, com seus narcotraficantes, banqueiros e demais personificações criminais. Em ambos os casos, uma parte importante da responsabilidade última da chacina recai no capital, no capitalismo, o que, logicamente, não absolve os bandidos do capital, desde os polícias de Iguala até o Presidente da República.

Lucidez coletiva, capitalismo neoliberal e ditadura perfeita

O que digo é algo que parece ser pressentido entre os sobreviventes de Ayotzinapa e entre as dezenas de milhares de estudantes mexicanos que saíram às ruas para protestar depois do massacre. Basta escutar as ordens e passear pelas redes sociais para captar a sensação geral de que os estudantes foram assassinados por algo que se expressa igualmente nos narcotraficantes e nos policiais, nos distintos níveis do governo e do crime organizado, nos meios de comunicação de massa, nos diversos poderes fáticos econômicos, nas últimas reformas neoliberais e na maneira como os partidos opositores se deixaram intimidar, subornar, cooptar e degradar pelo corrupto e repressor Partido Revolucionario Institucional (PRI), que voltou ao poder em 2012, depois de ter governado o México entre 1930 e 2000.

Se o PRI se manteve setenta anos no poder foi mediante o controle dos sindicatos, a absorção de outros partidos, a compra sistemática de votos, a censura dos meios e uma repressão brutal que o levou a matar dezenas de milhares de opositores, entre eles os estudantes que morreram em Tlatelolco, em 1968. O regime do PRI era, certamente, autoritário e tirânico, mas nem por isso deixou de respeitar os rituais democráticos das eleições periódicas, a separação de poderes, a sucessão presidencial e a não reeleição dos mandatários. Distinguindo-se, assim, de outras ditaduras latino-americanas, a tirania do PRI recebeu o nome de “ditadura de partido”. Sua boa imagem democrática

exterior, a discricção de seus crimes, o êxito na cooptação de seus opositores e sua grande capacidade de controle interno fizeram com que Vargas Llosa, em 1990, a denominasse “a ditadura perfeita”.

A expressão “a ditadura perfeita” voltou e está no ar. É título de um filme recente sobre o retorno do PRI. A mesma expressão foi usada, mais de uma vez, em relação à chacina dos estudantes de Ayotzinapa. Diz-se que a ditadura perfeita se reconstituiu e que o massacre de Iguala inclui-se em uma longa lista de massacres do PRI: o de Tlatelolco, dos Halcones, de Acteal, do Bosque, do Charco, etc.

Aqueles que evocam o retorno da ditadura também conseguem adivinhar o papel do capitalismo na chacina de estudantes. Há uma espécie de lucidez coletiva, expressa em protestos e redes sociais, por meio da qual vemos propagar-se a ideia daquilo que encontramos bem explicitado na obra de Atilio Borón (1991/2003). Intui-se, de modo pontual, que o capitalismo é incompatível com a democracia, que o suposto regime democrático mexicano é um sistema oligárquico ditatorial, que a nova ditadura perfeita é, novamente, uma ditadura do capital, que o capitalismo neoliberal de Enrique Peña Nieto é uma forma degradada e encoberta de autoritarismo e despotismo, que os poderes econômico e político são um mesmo poder e que foi com esse poder capitalista-governamental que se assassinou os estudantes de Ayotzinapa.

O intratável

Os estudantes teriam sido culpados por se opor ao capital e a *seu* governo. Podemos dizer, então, que foram assassinados por ser anticapitalistas e antigovernamentais? Talvez haja aí uma parte de verdade, mas não toda a verdade, pois nós, os mexicanos anticapitalistas e antigovernamentais, somos dezenas de milhões. Entretanto, não fomos assassinados. Eu estou aqui, ainda vivo, escrevendo estas palavras, e não apodrecendo dentro de uma vala comum. Portanto, para ser assassinado, não basta ser anticapitalista e antigovernamental.

Então, por que diabos foram assassinados os estudantes de Ayotzinapa? Pode-se responder sem responder e dizer que foram escolhidos ao acaso. Poderiam ter sido outros, já que se tratava somente de matar alguns poucos para assustar todos os demais anticapitalistas e antigovernamentais do país. Chegou-se, inclusive, a supor que os estudantes de Ayotzinapa foram assassinados com o propósito de intimidar

especificamente os do Instituto Politécnico Nacional (IPN) que, na mesma época, também estavam mobilizados na Cidade do México. Então, por que não matar diretamente os estudantes do IPN? Por que passar pela chacina dos de Ayotzinapa?

Mesmo que a chacina de Iguala fosse um recado para os estudantes do IPN, por que ter matado especificamente os de Ayotzinapa entre as dezenas de milhares de estudantes que se manifestavam nesses mesmos dias? Entre tantos estudantes anticapitalistas e antigovernamentais em todos os cantos do México, por que os de Ayotzinapa, eles e não os outros, uns e não outros? Por quê? E por que é tão difícil responder? O que há nesse ponto preciso que nos detêm e nos impede de chegar a uma resposta? Talvez todos saibamos a resposta, mas não conseguimos nem concebê-la nem articulá-la. De qualquer forma, tropeçamos aqui, logo de cara, em um daqueles assuntos intratáveis ante os quais Lacan pode ser particularmente útil aos marxistas.

Discurso e realidade

Com sua especialização no intratável, a psicanálise lacaniana deveria servir para indagarmos em que se diferenciam as vítimas da chacina de Iguala. Essa indagação poderia começar com uma incursão nos diversos discursos políticos e jornalísticos nos quais, sistematicamente, foram denegridos os estudantes de Ayotzinapa. Ao invés de mal interpretar os discursos como descrições mais ou menos fiéis da realidade existente independentemente deles, será preciso seguir Lacan (1954/1999, p. 389-391) ao interpretá-los como aquilo que são, “articulações simbólicas”, mais ou menos eficazes, para criar e organizar *uma* “realidade” que será imanente a eles e só existirá por eles e por meio deles, em virtude e em função deles. É aqui, nessa realidade imaginária criada por certo sistema simbólico, que os estudantes de Ayotzinapa nos foram apresentados, sintetizando suas mais difundidas caracterizações implícitas ou explícitas, não só como *vândalos e delinquentes, muito agressivos e conflitivos* em seus protestos, mas também, de modo mais geral, como *futuros maus professores, parasitas inúteis e prescindíveis que não querem estudar e que, nem agora nem jamais, prestarão algum serviço à sociedade, mas custam muito caro e são dispendiosos e, ainda por cima, extremamente ávidos e exigentes, inclusive insaciáveis, pois exigem mais e mais sem dar nada em troca*.

Ainda que seja para se convencer do caráter imaginário da realidade recém-descrita, convém saber que sustentar os estudantes de Ayotzinapa custa ao governo a exata e insignificante quantia de 30 pesos mexicanos, menos de 3 dólares ou 12 reais por dia,

o que permite apenas comprar os alimentos mínimos necessários à sobrevivência. De fato, dos estudantes do México, os de Ayotzinapa são aqueles com os quais o Estado mexicano menos gasta. São os que menos recebem, mas os que mais necessitam, os mais necessitados, os mais pobres entre os pobres, os que têm maiores carências. Sob certo ponto de vista, esses estudantes também poderiam ser vistos como os mais úteis, já que serão professores rurais que alfabetizarão as filhas e os filhos de camponeses, mineiros, pedreiros, indígenas e outros grupos desfavorecidos. Podemos dizer, em suma, que são os que mais dão, mais necessitam e menos recebem. Para completar, são aqueles de que pior se fala. E, como se fosse pouco, são os que terminam sendo assassinados pelas corporações policiais.

O policial dos pobres, como o supereu dos ricos, tende a ser mais violento quanto menos razão tem para isso. Os melhores devem ser castigados por ser os melhores, devem ser punidos por ser justos, devem ser assassinados por não ter assassinado. Assim, antes mesmo de morrer, já foram caluniados e é por isso que acabam sendo mortos. Ao matá-los se é injusto com eles porque se foi injusto com eles ao caluniá-los.

O que fazer agora com as calúnias? Mesmo que seja tarde, convém inverter a mensagem do Outro, denunciá-lo como uma denegação e aceitar os caluniados como diametralmente opostos àquilo que se afirma sobre eles. Reconheceremos que são os mais úteis e mais baratos entre os estudantes do México, apesar de ser apresentados, nos discursos que circulam, como os mais inúteis e os mais caros. Veremos claramente, então, que esses discursos, como qualquer outro, não têm sua verdade em uma realidade existente, mas sim naquilo que só descobrimos por meio de sua realidade imaginária quando nos atrevemos a nos aprofundar nela. O que se descobre aqui, nessa realidade em que nossos estudantes de Ayotzinapa são *extremamente* agressivos e conflitivos, *extremamente* ávidos e exigentes, *extremamente* caros e dispendiosos? O que se descobre, de acordo comigo, é aquilo que fica literalmente transparente: que os estudantes são *extremamente* o que são, que o são *em demasia* ou *em excesso*, que *são mais do que deveriam ser*, que *estão a mais*, que *restam*. Essa condição intrinsecamente *restante* dos estudantes confirma-se em suas caracterizações implícitas de *inúteis e prescindíveis*.

Dejeto e limpeza

Os estudantes de Ayotzinapa são algo que está a mais e, quando algo está a mais, é normal que seja eliminado, limpo, jogado no lixo ou, nesse caso, em uma vala comum. O assassinato dos estudantes de Ayotzinapa não é nada além do que a conclusão de um silogismo simples: os estudantes sobram; o que sobra deve desaparecer; portanto, os estudantes devem desaparecer. Ao desaparecer com os estudantes, os policiais apenas completaram o silogismo que não deixava de operar no governo de Enrique Peña Nieto e nos grandes meios de comunicação.

Os autores morais da chacina estão nas cúpulas governamentais e nas telas de televisão, nas notícias do rádio ou nas colunas dos jornais e incluem defensores e promotores do regime, como os famosos jornalistas Carlos Loret de Mola, Joaquín López Dóriga e Ciro Gómez Leyva, cada um dos quais, certamente, deixa-se corromper com um suborno anual de aproximadamente 2 milhões de pesos, equivalentes a 200 mil dólares ou 800 mil reais, a título de *comunicação social* do Governo da República. Esses e muitos outros assassinos de colarinho branco prepararam a chacina dos estudantes ao dissimular ou justificar sua repressão, ocultar suas condições de vida, ignorar suas reivindicações, tirar-lhes a voz e reduzi-los à condição de obstáculos dos quais deveríamos desfazer-nos para possibilitar o desenvolvimento do país e, especificamente, a circulação nas estradas. Poderíamos, inclusive, dizer que os proprietários dos grandes meios de comunicação de massa no México, os magnatas Emilio Azcárraga Jean e Ricardo Salinas Pliego, começaram a chacina de Iguala. Foram precedidos unicamente pelos políticos neoliberais, os quais já estavam eliminando os estudantes ao denunciá-los como um problema que deveria ser resolvido, como um desperdício que deveria ser economizado, e ao reduzir o dinheiro que lhes davam e não lhes dar em numerosas ocasiões, mesmo quando sabiam que eram os jovens mais pobres do país e que apenas podiam sobreviver com o que recebiam.

Ao matar os estudantes, os policiais concluíram o trabalho dos políticos, dos jornalistas e dos magnatas dos meios de comunicação de massa. Fizeram, ademais, exclusivamente o que lhes foi indicado pelo governo e pela televisão. Eliminaram aqueles que deveriam ser eliminados. Resolveram o problema. O assassinato dos estudantes de Ayotzinapa forjou-se em lugares como a residência oficial de Los Pinos, as diferentes Secretarias, o Senado e o Congresso da União, assim como a Televisa, a Televisión Azteca, a Milenio e outros meios. Eis, aqui, onde se teceu essa trama discursiva na

qual já não havia lugar para os estudantes, em que não cabiam e deveriam ser descartados, rejeitados como um resto, que dificilmente poderíamos deixar de pensar por meio da noção lacaniana de *objeto a*.

Sobra e falta

Como o *objeto a*, os estudantes de Ayotzinapa são aquilo cuja exclusão dá lugar e sentido a uma trama discursiva (LACAN, 1969/2006). Os discursos governamentais e televisivos não deixam de dar testemunho da falta de tudo aquilo personificado por cada estudante de Ayotzinapa: a dignidade na miséria, a vida na morte, a resistência dos condenados, a insubordinação dos depreciados, a fúria dos de baixo, a rebeldia subversiva de índios e camponeses maltrapilhos, como os revolucionários Emiliano Zapata e Francisco Villa. Tudo isso acaba faltando, *fazendo falta*, depois de ter desaparecido no assassino silogismo do desaparecimento dos que restam, aos quais me referi anteriormente. Uma vez que os restantes desaparecem, os vemos regressar como faltantes, isto é, não só como ausentes, mas como aqueles ausentes que deveriam estar presentes.

Se os estudantes de Ayotzinapa faltam depois de ter desaparecido é porque não desapareceram completamente. Digamos que continuam aparecendo como algo real, como o *real da revolução impossível* contra o qual nada pode a simbolização do discurso oficial, o do PRI, o revolucionário institucional, o corrupto e acomodaticio, o oportunista, o “possibilista” e “funcionarista”, como diria Jules Guesde (1884, p. 27). Não se deve esquecer que esse discurso tem suas origens mais remotas não na revolução de Villa e Zapata, mas na outra, a oposta, a falsa e astuta, a traiçoeira e repressiva, a de Venustiano Carranza e Álvaro Obregón, os assassinos de Zapata e Villa, respectivamente.

No contexto mexicano, como em tantos outros, a revolução institucional instituiu-se ao neutralizar a revolução propriamente dita. O símbolo erigiu-se sobre a morte do real, da coisa, do movimento revolucionário que ameaçava transtornar tudo. Assim, começou-se por assassinar Villa, Zapata e os demais que poderiam subverter o reacionário discurso revolucionário institucional.

Excluiu-se aquilo que revestia a forma de impedimento para a pacificação e para o progresso. Era muito mais do que uma pedra no sapato dos novos ricos. Era o que havia pegado em armas em 1910. Era e continua sendo a dócil massa que aguenta

tudo até que deixe de aguentá-lo, o povo que acumula ressentimentos e motivos de vingança, a indiada enigmática e a plebe mestiça, turva e ameaçadora por trás de seu estranho sorriso, o objeto esfarrapado em que se concentra a angústia dos opressores e o próprio ser dos oprimidos.

A violenta matança ritual *disso*, primeiro nas figuras de Villa e Zapata e logo nas de milhares de vítimas da repressão governamental, permitiu a institucionalização revolucionária *daquilo* que se torna a ditadura perfeita. Contudo, o valor simbólico da ditadura nunca deixa de se apoiar no mesmo do que é a subtração. O âmago do PRI sempre residiu e continua residindo em sua relação com o descartado, com o restante e faltante, com o real que não se deixa simbolizar, com a revolução que resiste à sua traição institucionalizada, com *isso* que irrompeu por meio de Villa e Zapata na Revolução de 1910, mas também nos movimentos guerrilheiros posteriores, dentre os quais, mais temidos e lembrados, os de Genaro Vázquez e Lucio Cabañas – que estudaram justamente em Ayotzinapa.

Aparecidos e desaparecidos

Genaro Vázquez e Lucio Cabañas já morreram, mas não completamente. Não passaram pelo último transe da segunda morte (LACAN, 1960/1986). Não foram extintos da memória, da palavra, da veneração e da orientação do ideal inspirador. Continuam vivos, ao menos em parte, ao ser evocados em livros, pronunciados em discursos, aclamados nas manifestações, pintados em mantas e muros, impressos em bandeiras e cartazes. Tantas aparições fizeram com que se convertessem em uma espécie de aparecidos que não deixam de assustar os políticos do PRI como os que advertem que a Escola Normal de Ayotzinapa deveria ser fechada por ser um ninho de guerrilheiros. Ao escutar semelhante absurdo, perguntamo-nos se é uma difamação deliberada ou um delírio persecutório. Em qualquer dos casos, a declaração é absurda e infundada, mas nem por isso menos reveladora de certa verdade que, talvez, seja verificada ao se realizar retroativamente. Mais uma vez, devemos buscar a verdade na mentira, na difamação ou no delírio, na “estrutura de ficção” de que nos falava Lacan (1969/2006, p. 190), nos “contos de fada” aos quais se referia Marx (1843/1987, p. 297).

A mentira dos estudantes guerrilheiros descobre a verdade inerente àquilo representado pelos estudantes assassinados. Refiro-me, aqui, a um *objeto de angústia*, pois

a angústia, como sabemos, não carece de objeto (LACAN, 1963/2004). Nesse caso, como vimos, seu objeto parece morar em certo resíduo sangrento, resto indelével da Revolução de 1910, marca do vazio deixado não só por Villa e Zapata, mas também por todos os outros revolucionários e guerrilheiros mortos em sua luta contra a ditadura perfeita. Eis, aqui, os fantasmas que agora mesmo vagueiam pelo México. São os espectros de Villa e Zapata, Lucio e Genaro, Jaramillo e Gámiz, mas também dos milhares de assassinados por motivos políticos nos setenta anos de governo do PRI. Por que não incluir nessa lista as vítimas das anteriores tiranias e do governo colonial? De certo modo, os carrascos do México sempre foram os mesmos, assim como suas vítimas. Agora, as vítimas de Ayotzinapa somam-se às demais. Aumenta o número de desaparecidos. Como não temer cada vez mais os aparecidos?

Por que os aparecidos? Talvez, conforme a sabedoria popular, pelas dívidas pendentes, pelo desejo de vingança, pela sede insaciável de justiça, pela necessidade de perdoar. As vítimas deveriam perdoar os algozes que não se deixam perdoar. De fato, ao invés de pedir perdão e começar a se esforçar por merecê-lo algum dia, os opressores e exploradores do México preferiram agir como se fossem eles que deveriam perdoar suas vítimas por meio de uma série de anistias que remontam aos tempos coloniais. Essas anistias, além de proteger os verdadeiros culpados e manter a impunidade no México, invertem sistematicamente a relação entre os algozes e suas vítimas, entre os devedores e seus credores, entre os favorecidos e os prejudicados pela injustiça. A inversão é mentirosa, mas talvez também seja reveladora. A verdade parece voltar a se revelar por meio da mentira. Na formação reativa que subjaz à criminalização das vítimas, as elites políticas e econômicas mexicanas estão ofendidas, ao invés de arrependidas, e dão o perdão não por pedi-lo, mas porque pressentem que não serão perdoadas, que não há arrependimento que valha, que sua culpa é muito grande, que nunca será possível compensar e reparar tudo aquilo que fizeram desde a conquista do México até a nova ditadura perfeita. A dívida tornou-se impagável.

Como pagar a dívida que se acumula há quinhentos anos? Como saldar contas com os colonizados e dominados, os explorados e oprimidos, os indígenas e camponeses aos quais nunca se deixou de matar e que, agora, tiveram seus filhos arrebatados em Iguala? Como ressarcir aos filhos e a seus pais, avós e ancestrais de várias gerações, assim como aos descendentes abortados, aos que nunca nasceram? Como reparar tantos enlutados e desaparecidos?

Como se libertar de tantos fantasmas? Como os deixar para trás? Como fazer luto no México? É impossível elaborar simbolicamente tudo aquilo que, ao final, a falta de simbolização deve espreitar no real. É o que assusta, constantemente, as decadentes e degeneradas elites econômicas e políticas, os covardes Emilio Azcárraga e Enrique Peña Nieto, assim como seus lacaios e fascínoras, intelectuais orgânicos e assassinos pagos, jornalistas e policiais.

Há uma massa de guarda-costas e leguleios, sicários e feiticeiros, que somente existem para proteger o mestre que lhes paga. Protegê-lo de quem ou do quê? De Villa e Zapata, de Lucio e Genaro, do autêntico revolucionário, do guerrilheiro perseguidor, do povo insurgente, vingador e justiceiro, metralhado constantemente com balas de metal e de tinta. A angústia suscitada por esse objeto pode ser apreciada ao medir a fúria com que se maltratou os estudantes de Ayotzinapa ao denegri-los, torturá-los, tirar-lhes a pele, queimá-los vivos. Há, aqui, evidentemente, um processo ritual que pretende não só apagar indícios e eliminar testemunhas, mas também, por meio de mais uma inversão, compensar a impossibilidade efetiva do luto em nossa cultura.

Gozo da pulsão e uso da força de trabalho

É verdade que os assassinos de Iguala temem não só os estudantes como vingadores e justiceiros potenciais, mas também os criticam e os repreendem, segundo dizem, por *protestar ao invés de estudar*. No mesmo sentido, lamenta-se que *preferam o vandalismo ao trabalho*. Tais acusações, as mais disseminadas entre a população urbana conservadora, são tão mentirosas e reveladoras quanto as demais. Pede-se aos estudantes que trabalhem, como se estivessem descansando ao manifestar seu inconformismo, como se não houvesse trabalho em seus protestos, assembleias, coletas de recursos e suas outras formas de militância. É verdade que tudo isso não constitui nenhum trabalho para o sistema capitalista, no qual, como bem sabemos, o único trabalho reconhecido como tal costuma ser o reduzido à pura mercadoria, o rentável e comprável, o produtivo e remunerado, isto é, o que tem, respectivamente, um valor de uso e um valor de troca no mercado.

Em termos econômicos marxistas, o único trabalho reconhecido pelo capital é aquele em que o próprio capital pode incrementar-se, capitalizar-se ou valorizar-se ao explorar nossa vida como força de trabalho. Isso não ocorre, claro, no caso dos estudantes de Ayotzinapa, cuja vida não é nem promete ser força de trabalho que possa

ser explorada pelo sistema capitalista. Para o sistema, a existência dos estudantes de Ayotzinapa é totalmente inútil. Não produz nenhuma utilidade. Não serve para nada, salvo para os excessos de quem a vive. Aparece como vida que se goza, ao invés de se usar, já que é pura substância pulsional, pura pulsão inexplorável que não se deixou reduzir a força de trabalho e que, por isso mesmo, deve ser eliminada. Sua eliminação poderia ter sido evitada, sob o mesmo ponto de vista, se pulsão tivesse sido adequadamente reprimida para se converter em força de trabalho. Essa conversão é o ponto preciso no qual intervêm dispositivos “*anatomopolíticos*” e “*biopolíticos*”, “disciplinares” e “reguladores”, como os estudados por Michel Foucault (1976, p. 177-186) e considerados, por ele mesmo, “indispensáveis” ao capitalismo.

O sistema capitalista requer vidas reguladas e corpos disciplinados, ou seja, trabalhadores eficazes e obedientes que se deixem reduzir à pura força de trabalho. Essa força explorável nunca sobra, sempre é necessária, deve ser mantida viva, o que a distingue de uma vida pulsional descartável como a dos estudantes de Ayotzinapa. Se os estudantes podiam e, inclusive, deveriam morrer, foi também e, talvez fundamentalmente, porque o governo e os meios reduziram toda sua existência real àquilo que é para o sistema capitalista: pura pulsão, quem sabe, gozável, mas indisciplinada e desregulada e, portanto, inexplorável, inútil e prescindível. Uma vida como essa somente poderia causar problemas. Assim, deveria ser eliminada ou, ao menos, desativada, marginalizada ou expulsa do sistema. Isso a distingue das dóceis vidas que se deixam reprimir, disciplinar e regular ou controlar, convertendo-se em forças exploráveis que, ao ser exploradas como forças de trabalho, alienam-se e convertem-se no poder explorador inerente ao capital.

Já sabemos, graças à análise marxiana do capitalismo, que o poder mortífero do capital, como trabalho morto, não provém senão da força vital do trabalhador, como trabalho vivo (MARX, 1858/2009). É fácil se advertir, graças a uma leitura lacaniana da análise marxiana, que a força de trabalho é aquilo em que se converteu a vida que não é gozada como pulsão pelo sujeito, mas explorada como força pelo Outro do sistema simbólico, da linguagem e da cultura, do capital e do capitalismo (PAVÓN-CUÉLLAR, 2014). Finalmente, retomando esses achados no contexto da chacina de Iguala, podemos conjecturar agora que a força de trabalho do sistema, força disciplinada e controlada, útil ou com valor de uso para o capital, foi precisamente aquilo em que deveriam ter se transformado as existências dos estudantes para que se lhes perdoasse a vida.

Não se perdoa aquilo que se percebe como pulsão indisciplinada e incontrolada, revoltada e alvoroçante, improdutiva e imprevisível, turbulenta e perturbadora. Imperdoável é optar pelo suposto gozo de nossa vida pulsional, ao invés de permitir o uso de nossa força de trabalho. Tão só esse uso justifica nossa existência no capitalismo. Aquilo inexplorável será rejeitado, excluído, marginalizado. O sistema deve prescindir impassivelmente da vida que não se deixa usar de nenhuma forma. Daí a importância da caracterização implícita de *inúteis prescindíveis* para os estudantes da Escola Normal de Ayotzinapa.

Os normalistas seriam *inúteis prescindíveis* porque não teriam um valor de uso para o sistema. Não teriam esse valor porque não permitiriam sua repressão, sua disciplina, seu controle e, por fim, sua proletarização, ou seja, a redução de sua vida pessoal à condição de força de trabalho do sistema capitalista. Em contraste com a energia vital humana com a qual o sistema funciona, a existência dos estudantes não seria nada mais do que vida pulsional inútil ou inexplorável, mas também perigosa, essencialmente disruptiva e subversiva. Essa vida não teria nenhum direito de continuar existindo.

Para não terminar em uma vala comum como os estudantes de Ayotzinapa, é preciso fazer o trabalho do sistema capitalista, cumprindo trabalhos ideológicos ou estritamente econômicos. Seja na fábrica ou na universidade, em empresas ou telejornais, é preciso fazer um trabalho útil, explorável, produtivo, que produza tanto, *positivamente, uma mais-valia simbólica para o sistema* quanto, *negativamente, um mais-de-gozar real para o sujeito*. Em outras palavras, somente podemos ganhar a vida, ou conseguir que seja perdoada, ao *renunciar gozá-la como pulsão e ao deixar que o sistema a use como força de trabalho*.

Os estudantes de Ayotzinapa, de acordo com os discursos oficiais, têm de trabalhar e devem deixar de gozar com seus protestos. É impossível admitir, aqui, o trabalho de protesto. Como já o assinalai anteriormente, os porta-vozes do sistema desconhecem qualquer trabalho que não possa ser explorado pelo sistema. Ignoram-no, fazem abstrações dele, agem como se não existisse, porque não existe verdadeiramente no universo do sistema simbólico no qual se desenvolve tudo aquilo que se representa como trabalho. Ao estar fora desse universo que engloba tudo, o trabalho de protesto não está, absolutamente, em lugar algum. Digamos que não é porque não seja um trabalho de capitalização, de valorização, de simbolização, de produção e reprodução do sistema simbólico de nosso capitalismo, de nossa cultura, de nossa linguagem.

Socialismo e falta de metalinguagem

É preciso lembrar o postulado lacaniano de que “não há metalinguagem” (LACAN, 1960/1999, p. 293). No caso que nos ocupa, não há um fora do capitalismo, um exterior simbólico não capitalista no qual se possa reconhecer e decifrar a profunda significação do trabalho comunitário e sociopolítico dos estudantes de Ayotzinapa. Sua experiência coletiva de trabalho, de luta e esforço, de entrega e sacrifício, apenas pode ser vista como gozo, como simples satisfação da pulsão, como algo patológico real e não simbolizável no único universo simbólico que existe para nós, o do capitalismo global com seus mesquinhos e enganosos códigos ideológicos de interpretação: o individualismo hedonista, o institucionalismo legalista, o eleitorismo partidário, o populismo democrático representativo, o pacifismo burguês, o neoliberalismo tecnocrático, a “doutrina viscosa” do “pensamento único”, o “único autorizado pela visível e onipresente polícia da opinião” (RAMONET, 1995/2016, p. 1).

O sistema capitalista tornou-se universo e, como tal, por definição, abarca tudo e exclui qualquer exterior. Entretanto, além do capitalismo, há outros universos simbólicos. Há outras civilizações que englobam, cada uma, tudo que existe. Ademais, é claro, há o socialismo.

Como integrantes da Federação de Estudantes Camponeses Socialistas do México (FECSM), os alunos da Escola Normal de Ayotzinapa trabalham pelo socialismo e para o socialismo e, inclusive, já nele, graças a uma lógica retroativa e prefigurativa pela qual *agora mesmo fez-se existir aquilo por que se luta*. Isso foi possível graças ao funcionamento das dezesseis Escolas Normais Rurais da FECSM, nas quais não só se oferece educação e sustento gratuito em regime de internato, mas também se permite que os estudantes desenvolvam e mantenham hortas e granjas comunitárias, possuam bens e ferramentas comuns, compartilhem espaços e recursos, organizem e administrem de maneira democrática as instituições por meio de comitês altamente politizados, tudo isso, em si, implicando uma lógica subversiva e anticapitalista que não deixa de ser atacada pelo Estado com sua política educativa neoliberal e privatizadora (CAMACHO, 2003/2016). As Escolas Normais Rurais mostram como o socialismo pode chegar a se realizar na vida cotidiana dos grupos que autenticamente lutam por seu advento. Foi assim que os estudantes militantes de Ayotzinapa se liberaram e souberam estar fora e depois do reprimido mundo que habitamos.

Quem sabe, aqui onde estamos, no mundinho capitalista, os estudantes de Ayotzinapa sejam restos do passado e devam extrair-se do presente para desanuviar as estradas de quota que nos conduzem a um futuro assustadoramente semelhante ao presente. Entretanto, há outro mundo que os mesmos estudantes anunciam e constroem, um porvir totalmente diferente. E, para esse outro mundo, para essa outra linguagem sem metalinguagem, são outros os *inúteis prescindíveis*. São outros os que não estariam trabalhando, já que se limitariam a gozar, a satisfazer a única pulsão, a de morte, a do “vampiro do capital” (MARX, 1867/2008, p. 179).

Acostumamo-nos ao anverso, mas há um reverso em que tudo está ao contrário. Para chegar a esse outro lado, basta aprofundar a superfície daquilo que nos rodeia. Basta nos afundar na realidade até atravessá-la. Por mais autorreferencial que seja, nosso sistema, como qualquer outro, não é mais do que “o outro lado do outro lado” (LUHMANN, 1997/2007, p. 40-55). Uma vez que estamos do outro lado, vemos que, a partir de lá, do ponto de vista das Escolas Normais Rurais, não há aqui, neste lado, nenhum funcionamento de nenhum sistema e de nenhuma ordem estabelecida, mas tão somente a desordem, a lei da selva, o caos generalizado, o anárquico gozo capitalista de uma pulsão de morte que destroça e queima vivos nossos jovens.

Conclusão: desvio e imprevisibilidade

Finalmente, não haveria nada além do que sempre houve: fumaça e cinza, ossos queimados e esparramados, marcas de tortura e rastros de resistência. Nosso sistema econômico-político psicopata deixa sempre sua mesma assinatura em todos os cadáveres. A guerra suja não termina.

O predador é o mesmo por trás das máscaras sucessivas de Abarca Alarcón e Díaz Ordaz, Figueroa e Echeverría, Aguirre e Peña Nieto. Mesmo que os rostos e os nomes mudem, o assassino é o mesmo. O PRI é o mesmo, apesar de agora se chamar também Partido Acción Nacional (PAN) e Partido de la Revolución Democrática (PRD). O atual narco-Estado é a ditadura perfeita de sempre. Suas vítimas são as mesmas. O crime é também igual e não deixa de se perpetuar.

É verdade que o objeto não deixa de cair, mas é porque não termina de cair. Há algo que está se desprendendo. Há algo que se perde por meio da preservação da ordem estabelecida. O fantasma perverso não se repete, a não ser ao avançar, avançar e avançar. Faz isso por caminhos tortuosos, desconhecidos e imprevisíveis.

Não se pode esquecer que o desvio, o *clinamen*, é uma realidade permanente. A grande estrada de Lacan (1954/1999) é uma ficção conceitual. Há somente pequenos caminhos. Não há linha reta. Não há estrada que nos permita sair do passado e chegar diretamente a um destino conhecido e esperado.

Não há necessidade nem princípio de razão suficiente. Não há etapas em uma ordem sucessiva pré-determinada. Não há leis da história nem leis eternas da selva, mas somente surpresas, crises inesperadas, bloqueio de estradas, insurreições sociais e outros acontecimentos históricos. Apenas há contingência, como o demonstram convincentemente Epicuro e o primeiro Marx (1842/1987) e, também, o último Althusser (1988) e, agora, Quentin Meillassoux (2006).

O pensamento racional deveria ter se rendido ante a evidência irracional do acontecimento aleatório. Nossa liberdade é real por ser impensável. Não há gesto inteligível. Não há passo previsível, pois não há dois passos iguais.

O gigante pode tropeçar a qualquer momento e, se não tropeça, talvez consigamos derrubá-lo de baixo. Pode acontecer de um momento para outro. Estamos na história e cada momento é único e singular. Somente há exceções.

Tradução: Maria Claudia Formigoni

Psicóloga pela PUC-SP, especialista em Psicologia Clínica, Psicanálise e Linguagem pela PUC-SP, especialista em Psicologia Hospitalar pelo HC – FMUSP, mestre pelo Núcleo de Pesquisa Psicanálise e Sociedade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP, membro do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo - FCL-SP.

Referências

- ALTHUSSER, Louis (1965). *Pour Marx*. Paris: La Découverte, 2005.
- . *Filosofía y marxismo*. Entrevista de Fernanda Navarro. México, DF: Siglo XXI, 1988.
- BORÓN, Atilio (1991). *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2003.
- CAMACHO, Zósimo (2003). La hora de las Normales Rurales. Disponível em: <<http://contralinea.com.mx/archivo/2003/c19/html/sociedad/normalesrurales.html>>. Acesso em: 2 ago. 2016.
- FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité. La volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976. v. 1.
- GUESDE, Jules. *Services publics et socialisme*. Paris: Oriol, 1884.
- JARRY, Alfred. *Gestes et opinions du docteur Faustroll, pataphysicien; suivi de spéculations*. Paris: Fasquelle, 1911.
- LACAN, Jacques (1953). Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse. In: ————. *Écrits*. Paris: Seuil, 1999, v. 1, p. 235-321.

- LACAN, Jacques (1954). Réponse au commentaire de Jean Hyppolite sur la 'Verneinung' de Freud. In: _____. *Écrits*. Paris: Seuil, 1999, v. 1, p. 379-397.
- _____. (1960). *Le séminaire. Livre VII. L'éthique de la psychanalyse*. Paris: Seuil, 1986.
- _____. (1960). Subversion du sujet et dialectique du désir. In: _____. *Écrits*. Paris: Seuil, 1999, v. 2, p. 273-308.
- _____. (1963). *Le séminaire. Livre X. L'angoisse*. Paris: Seuil, 2004.
- _____. (1969). *Le séminaire. Livre XVI. D'un Autre à l'autre*. Paris: Seuil, 2006.
- LENIN, Vladimir (1918). El Estado y la revolución. In: _____. *Obras escogidas*. Moscou: Progreso, 1974, p. 272-364.
- LUHMANN, Niklas (1997). *La sociedad de la sociedad*. México, DF: Herder, 2007.
- MARX, Karl (1842). Tesis doctoral. In: *Escritos de juventud*. México, DF: FCE, 1987, p. 15-70.
- _____. (1843). La prohibición de la Gaceta General de Leipzig. In: _____. *Escritos de juventud*. México, DF: FCE, 1987, p. 296-313.
- _____. (1858). *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)*. México, DF: Siglo XXI, 2009.
- _____. (1867). *El capital*. México, DF: FCE, 2008, v. 1.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1848). *Manifiesto del Partido Comunista*. Moscou: Progreso, 1990.
- MEILLASSOUX, Quentin. *Après la finitude. Essai sur la nécessité de la contingence*. Paris: Seuil, 2006.
- PAVÓN-CUÉLLAR, David. *Elementos políticos de marxismo lacaniano*. México, DF: Paradiso, 2014.
- RAMONET, Ignacio. (1995). La pensée unique. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/1995/01/RAMONET/6069>>. Acesso em: 2 ago. 2016.

Recebido em 3/4/2015; Aprovado em 10/5/2015.